

GT69: Regimes de alteridade e construção de antropologias nacionais: Um exercício de antropologia histórica

João Pacheco de Oliveira, Stephen G. Baines

Este GT propõe como tema o encontro entre duas áreas de investigação que tem operado de forma independente. O estudo das identidades tem sido em geral associado à modos de dominação, processos econômicos e políticos, formas religiosas e mágicas com seus reflexos em ontologias próprias. Por sua vez a construção de antropologias é narrada usualmente como um capítulo da história das ciências, algo universal que se desloca no tempo e no espaço somente com alterações exteriores. Enquanto o primeiro parece assentado na escala nacional, a segunda é claramente transnacional. Se focalizarmos tais assuntos em sua íntima interrelação, iremos descobrir novos sentidos e potentes dinamismos. Os regimes de alteridade são produtos de um saber erudito, embasados em teorias científicas e representações artísticas, as quais legitimam igualmente as políticas públicas setoriais. A antropologia, pelos temas que trata, tem raízes e aplicabilidade social maior que outras disciplinas, sendo analiticamente instigante concebê-la não apenas como produto final (tese/livro), mas como resultado de múltiplas constrições que regulam a possibilidade das pesquisas, determinam a estrutura da situação etnográfica e controlam a circulação e uso dos seus produtos. Ao invés da normatividade de paradigmas científicos, ela se desvendará como artefato social e histórico permeado por regimes de alteridade. Explorar em termos etnográficos a interrelação entre estas duas áreas de pesquisa é o objetivo deste GT.

Antropologia, ciência estrangeira: reflexões éticas sobre os clássicos da antropologia a partir da experiência sul-africana

Autoria: rodrigo ferreira barros

Estudar os clássicos da teoria antropológica é para os estudantes de ciências sociais, não apenas uma tarefa necessária de embasamento teórico essencial para o debate, pesquisa e extensão científica, mas de reflexão sobre a construção de princípios éticos e metodológicos que hoje consideramos fundamentais para qualquer investigação antropológica que pretenda produzir conhecimento útil à comunidade acadêmica, e à sociedade em geral. Neste sentido, muitos programas de graduação e pós-graduação em antropologia social trabalham com um referencial teórico comum quando nos referimos aos clássicos da teoria antropológica, geralmente divididos em Teoria Antropológica 1 e 2, buscando apresentar a história de formação da disciplina, analisando escolas ou "paradigmas" teóricos (STOCKING, 2006) que se ramificam e se transformam. Independente do tema de pesquisa do antropólogo, as primeiras discussões e hipóteses acerca dos comportamentos sociais da espécie humana são requisitos importantes, e para alguém que faz pesquisa em um país estrangeiro, neste caso um brasileiro pesquisando na África do Sul, permitem uma reflexão sobre o papel desses autores clássicos no desenvolvimento da disciplina em diferentes contextos, ampliando perspectivas políticas e acadêmicas. Motivado por questionamentos de alunos de graduação e mestrado em antropologia acerca da relevância de autores canonizados nos contextos atuais, este artigo busca apresentar alguns aprendizados importantes dentro da disciplina a partir da atuação profissional e acadêmica de autores clássicos como Malinowski e Radcliffe-Brown no continente africano, especialmente na África do Sul, concluindo com comentários gerais sobre a importância de conhecer autores clássicos para a formação de profissionais éticos.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

